

A INCLUSÃO DOS EGRESSOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL

LILIAN WRZESINSKI SIMON

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal da Fronteira Sul

lilian.uffs@gmail.com

CARLA CERDOTE DA SILVA

Universidade Federal de Santa Catarina

carlacerdote@gmail.com

ANDRESSA SASAKI VASQUES PACHECO

Universidade Federal de Santa Catarina

andressa.ufsc@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa demonstra como as universidades federais da região sul do Brasil estão incorporando a participação dos egressos no processo de autoavaliação institucional. A pesquisa considerou as premissas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINES). A coleta de dados foi realizada por meio de uma incursão nos *web sites* institucionais e nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das onze universidades federais localizadas na região sul do país. Trata-se de um estudo de caráter descritivo, bibliográfico e documental, no qual foi observado que essas instituições reconhecem a importância de incluir os egressos em seus processos avaliativos, mas que encontram dificuldades em operacionalizar esse tipo de avaliação. A análise realizada apontou para a necessidade de avanços nas políticas de acompanhamento de egressos adotadas pelas universidades e nas metodologias de coleta de informações dos egressos para a autoavaliação institucional. Também é preciso investir em programas de educação continuada voltados aos egressos e construir estratégias de relacionamento que possam alinhar as ações de acompanhamento de egressos existentes nas universidades aos processos avaliativos conduzidos pelas CPAs.

Palavras chave: Egressos. Gestão universitária. Autoavaliação.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional consiste em um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, com vistas à melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da sua oferta, bem como a eficiência, a eficácia e o compromisso social das instituições (BRASIL, 2004). Em sua gênese, a avaliação vai além da mensuração dos resultados das ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). As informações coletadas indicam possibilidades de avanços e novos direcionamentos à gestão universitária, apresentando-se como uma ferramenta estratégica de planejamento.

Entre as contribuições do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004 estão a combinação de vários instrumentos, indicadores e atores no processo avaliativo. A autoavaliação permite extrapolar os limites de um evento programático e objetivo, em detrimento de ações contínuas e sucessivas, com o envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Com a adoção do SINAES, os egressos também passaram a ser incorporados no processo avaliativo. Contudo, apesar do peso que exercem na avaliação, a inclusão desses atores ainda é uma opção e não uma obrigatoriedade para as IES (LOUSADA; MARTINS, 2005; QUEIROZ, 2014).

Decorridos cerca de quinze anos da implantação do SINAES, a gestão de egressos ainda está em fase de implantação e consolidação na maioria das IES (QUEIROZ, 2014; TEIXEIRA; MACCARI, 2014; SILVA; BEZERRA, 2015). As universidades públicas são as que enfrentam maiores dificuldades nesse processo, devido a fatores como o tamanho de sua estrutura, a complexidade da gestão interna burocratizada e as dificuldades de interação com a sociedade (LOUSADA; MARTINS, 2005).

Este artigo tem o propósito de demonstrar como as universidades federais da região sul do Brasil estão incorporando a participação dos egressos no processo de autoavaliação institucional. Esses atores constituem-se como fonte de informações que não podem ser ignoradas pela gestão universitária, devido, especialmente, à possibilidade de identificar aspectos imperceptíveis no ambiente interno (LOUSADA; MARTINS, 2005), como o impacto da formação na sociedade e no mercado de trabalho.

A inserção profissional dos egressos consta nos indicadores de avaliação do SINAES (INEP, 2004) e figura como uma das cobranças da sociedade. A participação da sociedade nas decisões da esfera pública aliada aos novos modelos de gestão vigentes nas organizações exige a apresentação de resultados efetivos e concretos, obrigando as IES a voltar seu olhar para fora, alinhando os propósitos de sua missão aos anseios de seu público.

2. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A avaliação da educação superior é um fenômeno complexo. Isso não significa que deve ser um processo complicado, mas que precisa ser permeado de clareza e simplicidade (DIAS SOBRINHO, 2005). O autor explica que a avaliação é composta por um conjunto de procedimentos que não podem ser isolados e tratados apenas na individualidade de seus elementos, ou seja, a simplicidade não é tratada como sinônimo de reducionismo, tampouco vista como antagônica à complexidade do processo avaliativo.

Michelan et al (2009. p. 709) defendem que “a avaliação institucional é um processo intencional, resultado de vontade e opções políticas, um conjunto coerente de conceitos e práticas deliberada e socialmente organizadas, estruturadas e implementadas”. Dias Sobrinho (2005, p. 16) ressalta que “é amplamente reconhecida a capacidade de transformação que os processos avaliativos possuem. Por isso, os Estados (...) não abrem mão de ter suas agências e seus mecanismos de avaliação”.

O processo de avaliação regulamentado pelo SINAES modificou o formato até então existente nas universidades, ao inserir novas perspectivas como a autoavaliação e a avaliação externa, assim como incorporou a participação de novos segmentos, tais como a sociedade e os egressos. Francisco *et al*, (2013, p. 15) se referem ao SINAES como “uma ferramenta que, além de estratégica, busca inserir as instituições em um contexto de inteligência competitiva.”

Os instrumentos de avaliação previstos neste sistema compreendem a Autoavaliação, a Avaliação Externa, o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), a Avaliação dos Cursos de Graduação, o Censo da Educação Superior e o Cadastro da IES e respectivos cursos (INEP, 2016). Esses instrumentos são complementares entre si e ao ser conduzidos e operacionalizados como ferramenta estratégica de gestão, extrapolam os limites da avaliação regulatória, assumindo a função de identificar os desafios e as potencialidades da instituição preparando-a para o futuro (MESQUITA *et al*, 2017).

Embora os mecanismos sejam distintos, todas as etapas da avaliação são articuladas a partir das diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e regidas pelas dez dimensões previstas na Lei 10.861/2004 (RISTOFF; GIOLO, 2006). A grande quantidade de critérios e requisitos que compõe o SINAES exige que as instituições adotem instrumentos permanentes de avaliação de suas ações. Isso permite que alcancem resultados satisfatórios não apenas no formato de índices, mas que consigam analisar o impacto que geram para a sociedade. Portanto, cada uma das dez dimensões avaliativas do sistema tem sua importância e requer a atenção dos gestores dentre a multiplicidade de papéis que desempenham na instituição.

Os principais objetivos previstos no SINAES para a avaliação interna ou autoavaliação estão associados a:

produzir conhecimentos; colocar em voga os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição; identificar as causas dos seus problemas e deficiências; aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; além de prestar contas à sociedade (INEP, 2004, p. 5).

Para alcançar esses propósitos, Brito (2008, p. 842) lembra que é necessária “a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnico-administrativo e também de representantes da sociedade civil,” visão defendida também por Andriola (2005). A condução desse processo depende da atuação de alguns atores indispensáveis, tais como os Pesquisadores Educacionais Institucionais e as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

A constituição da CPA é obrigatória e seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento da autoavaliação, que servirá de suporte para as demais etapas avaliativas (ALMEIDA JUNIOR, 2005; ANDRIOLA, 2005). A composição da CPA deve incluir a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil. Os órgãos colegiados superiores de cada instituição definirão o modo de organização, a quantidade de membros e a dinâmica do seu funcionamento, prevendo estratégias que considerem as características intrínsecas da instituição, seu porte e as experiências anteriores, no campo da avaliação institucional (INEP, 2004; ANDRIOLA, 2005).

De acordo com as orientações disponibilizadas pelo SINAES para subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos das CPAs, o relatório é o produto final onde é apresentado “o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação” e deve conter também “os resultados da

avaliação de cursos e de desempenho de estudantes” (INEP, 2004, p. 11).

A inclusão do egresso nesse processo é uma prerrogativa institucional e depende do entendimento de cada IES acerca dos limites das políticas acadêmicas. Entretanto, o reconhecimento da instituição perante a sociedade está diretamente relacionado aos seus resultados, os quais também se materializam por meio dos profissionais que ela forma e disponibiliza ao mercado de trabalho.

3. PARTICIPAÇÃO DOS EGRESSOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

A política de acompanhamento de egresso configura como fonte de informações para a gestão universitária, especialmente no processo de planejamento, como indicador de avaliação no âmbito dos cursos oferecidos e a nível institucional (QUEIROZ, 2014; MIRANDA; PAZELLO; LIMA, 2015; SILVA; BEZERRA, 2015). Cabe identificar a dimensão em que as informações disponibilizadas pelos egressos podem ser exploradas, quais as informações relevantes para o processo de tomada de decisões em cada nível de gestão acadêmica ou institucional e, principalmente, como elas podem ser obtidas, armazenadas e decodificadas (SILVA; BEZERRA, 2015).

A valorização das percepções dos egressos é necessária para conduzir melhorias na gestão acadêmica. Esses atores constituem-se fonte de informações imparciais e precisas sobre os processos educativos, pois sua contribuição é espontânea, já que não possuem mais vínculo de dependência com a instituição (LOUSADA; MARTINS, 2005).

A conscientização dos alunos acerca da necessidade de colaborar com o seu curso e com a sua instituição está entre as competências e responsabilidades das instituições. Para que isso aconteça, as IES precisam entender a importância de incluir os egressos no processo de autoavaliação institucional e adotar estratégias para despertar o interesse dos diplomados, de modo a conseguir fomentar sua participação (ESPARTEL, 2009; TEIXEIRA; MACCARI, 2014).

Estevam e Guimarães (2011, p. 710) reforçam a relevância de se avaliar e obter informações sobre os egressos, pois “tais informações são pertinentes e necessárias para o entendimento de sua trajetória acadêmica, ressaltando a qualidade do ensino, a busca do conhecimento, do saber, para educar, a contribuição social da pesquisa e a dinâmica do processo educacional.” Silva e Bezerra (2015 p. 2) acreditam que “o egresso poderá trazer contribuições valiosas para a instituição, possibilitando uma visão de aspectos relevantes de procedimentos de avaliação e de processos educativos, evidenciando as demandas da sociedade pela sua percepção”. As IES precisam, portanto, envolver esse público e instigá-lo a participar e expressar sua opinião acerca dos mais diversos assuntos que lhe cabem.

A inclusão dos egressos no processo de autoavaliação visa impulsionar a sua participação na vida da instituição. Isso corrobora com a tendência crescente de inclusão da sociedade na gestão das universidades, pois os egressos são representantes desse segmento na ótica da avaliação (INEP, 2004). Dentre os integrantes da sociedade, os egressos constituem um dos públicos de maior interesse para a avaliação por conhecerem a realidade institucional e sentirem o impacto das ações formativas no ambiente externo.

As orientações gerais para a autoavaliação estão organizadas em três núcleos: núcleo básico e comum; núcleo de temas optativos, e; núcleo de documentação, dados e indicadores. A avaliação dos egressos integra a nona dimensão avaliativa do SINAES – Política de Atendimento aos Estudantes – mas está relacionada a praticamente todas as outras dimensões, pois as percepções e ações dos egressos quando partícipes da vida institucional podem trazer contribuições diversas para a IES (MACHADO, 2010).

Na Política de Atendimento aos Estudantes, o indicador 9.3 – Egressos é estratificado em: Política de acompanhamento do egresso, e; Programas de educação continuada voltados para os egressos. Além disso, a Portaria n. 1382, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre os instrumentos de avaliação externa também prevê a inserção dos egressos no Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, que possui peso de 20 pontos. O indicador 3.5 – Política institucional de acompanhamento dos egressos reforça a importância das IES se dedicarem ao acompanhamento de egressos como prática de gestão institucional.

Entretanto, apenas a inserção profissional e a participação na vida da instituição fazem parte do núcleo básico e comum (INEP, 2004). As questões relacionadas à política de acompanhamento de egressos constam no núcleo de temas optativos e geralmente não são compreendidas além dessa perspectiva. Isso indica porque a maioria dos estudos sobre avaliação de egressos se voltam apenas para a empregabilidade e para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação (LOUSADA; MARTINS, 2005, ESPARTEL, 2009; MACHADO, 2010; ESTEVAM; GUIMARÃES, 2011).

O fato desta política ser facultativa é apontado por Lousada e Martins (2005) como uma das possíveis causas da demora das IES em investir no acompanhamento de egressos e em utilizar as informações prestadas por eles na revisão de processos e currículos, especialmente no âmbito das universidades públicas.

3.1 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A política de acompanhamento de egressos compreende um conjunto de ações que visam manter a relação estabelecida entre a IES e seus discentes durante o período em que permaneceram nela (LOUSADA; MARTINS, 2005; QUEIROZ, 2014). A proximidade dos diplomados possibilita a obtenção de uma série de informações importantes e necessárias para a retroalimentação dos processos de gestão.

Na perspectiva da avaliação institucional, Silva e Bezerra (2015, p. 2) consideram a política de acompanhamento de egressos como

um instrumento fundamental para conhecimento do perfil profissional dos graduados, tendo o propósito de buscar subsídios para melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária, fortalecendo as atividades institucionais e a constante busca da melhor qualidade de vida da sociedade.

A gestão de egressos, portanto, está diretamente vinculada às estratégias de sustentação da universidade (MACHADO, 2010). Uma política de acompanhamento também abre precedentes para a fidelização do acadêmico à universidade, o que resulta na formação de mais pesquisadores alinhados com os objetivos institucionais, dada a consolidação de uma relação de pertencimento entre o aluno e a instituição (ESPARTEL, 2009). Esse tipo de relacionamento faz com que o egresso desperte o interesse em contribuir, prestando constantemente informações relevantes para a gestão da IES.

A avaliação das políticas de acompanhamento de egressos, de acordo com o INEP (2004), englobam questões relacionadas à formação recebida, tanto curricular quanto ética, a situação dos egressos, índices de ocupação, formação profissional recebida e ainda opinião dos empregadores dos egressos sobre a instituição.

A avaliação do nível de adequação das IES a estas questões compreende a existência de mecanismos consolidados para a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos, de meios para a promoção de um relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, instrumentos para avaliar a adequação da formação do profissional

para o mercado de trabalho e de dispositivos para a utilização das opiniões dos egressos no aperfeiçoamento do processo de formação (MICHELAN *et al*, 2009).

3.2 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA VOLTADOS PARA OS EGRESSOS

Os programas de educação continuada voltados aos egressos compreendem atividades promovidas pelas IES com vistas a atender as necessidades de capacitação em áreas que promovam a qualificação e atualização dos conhecimentos ao profissional formado, acompanhando a evolução dos currículos, conforme as exigências do mercado de trabalho.

A aproximação entre as IES e as expectativas do mercado de trabalho possui como elo o capital intelectual que as universidades formam e disponibilizam às empresas. O egresso formado não estará pronto para atuar satisfatoriamente no mercado de trabalho se não houver uma conexão entre os conteúdos oferecidos em sala de aula e as necessidades de desenvolvimento de competências profissionais (MACHADO, 2010).

Com o olhar voltado para o mercado, Drucker (1999) traduziu as expectativas da gestão organizacional com relação ao seu capital humano, destacando a mudança no perfil dos profissionais, anteriormente voltado à tarefa, que passaram a ser designados como trabalhadores do conhecimento.

Essas tendências de gestão organizacional, geradas pela revolução da informação, ainda no final do século XX, exigem uma transformação no comportamento das IES que são as protagonistas da produção dos conhecimentos a serem aplicados na vivência profissional dos egressos. O SINAES, portanto, busca avaliar como essas instituições desenvolvem programas de educação continuada voltados para seus egressos, estabelecendo indicadores que buscam verificar em que nível essas práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas (MICHELAN *et al*, 2009).

O alinhamento da teoria da sala de aula com a prática por meio da realização de estágios e oferta de programas de *trainee* facilita a transição do estudante para o mundo do trabalho, ao passo que a educação continuada visa estreitar as relações entre universidade, mercado e sociedade para enfrentar as constantes transformações em voga (MACHADO, 2010).

O grau de envolvimento das IES nessas ações envolve algumas questões que demonstram os indicadores avaliados no que se refere aos programas de educação continuada voltados para os egressos, como se são ofertadas atividades e formação continuada para egressos, qual tipo de atividade desenvolvem os egressos e quais contribuições sociais tema trazido (INEP, 2004)

As políticas construídas nesse cenário compreendem a realização de seminários e outros eventos congêneres, cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos (MICHELAN *et al*, 2009).

Para que o processo de avaliação se consolide Silva e Bezerra (2015) lembram que são necessárias contínuas avaliações que possibilitem a identificação das exigências do mercado de trabalho e que sejam realizados ajustes constantes nas propostas político-pedagógicas, visando melhorar a qualificação e a formação acadêmica. Esse é o caminho que se espera que seja trilhado pelas IES brasileiras, seguindo o exemplo do que ocorre no contexto internacional (PAUL, 2015).

O SINAES contribuiu sobremaneira para a incorporação desses atores nos processos de gestão e avaliação institucional, tanto nas IES privadas quanto nas universidades públicas. Nesse sentido, Queiroz (2014) aponta como uma das causas da demora em adotar a gestão de

egressos nas universidades públicas, é a dificuldade de perceberem-na como uma necessidade de sobrevivência, tal como ocorre no setor privado.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O roteiro de pesquisa seguiu as premissas regulamentares do processo de avaliação do SINAES, voltando-se para a inclusão do egresso nos procedimentos avaliativos presentes nos relatórios da CPA das instituições analisadas. Quanto aos fins, foi adotada a abordagem descritiva, apresentada no formato de um estudo multicaso, realizado em onze universidades localizadas na região sul do Brasil (GIL, 2002, YIN, 2001). Quanto aos meios, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. Os dados foram extraídos dos *web sites* dessas instituições, por meio da consulta à versão mais recente dos relatórios de autoavaliação institucional elaborados pelas CPAs (VERGARA, 2013; GIL, 2002).

A coleta e a análise dos dados têm como propósito identificar os elementos do processo avaliativo conduzido pelas CPAs, associados ao indicador egressos, que incorpora as políticas de acompanhamento de egressos e os programas de educação continuada voltados aos egressos.

A análise dos dados tem como escopo a identificação dos elementos considerados relevantes no processo de autoavaliação dos egressos, que são o foco desta pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003). As categorias de análise provêm da presença ou não de políticas de acompanhamento de egressos e de programas de educação continuada para esse público nas instituições pesquisadas.

O ponto delimitador da amostra foi a escolha das universidades federais localizadas na região sul. Essa região contempla três estados da federação e possui onze universidades públicas federais. O Estado do Paraná conta com três instituições: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). O estado do Rio Grande do Sul possui seis instituições: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O estado de Santa Catarina conta com duas instituições: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que possui sede nesse estado, mas está situada, com seus campi nos três estados da região.

A definição de uma amostra, utilizando critérios geográficos e um recorte específico para as universidades públicas federais permitiu a realização de uma avaliação mais criteriosa do comportamento e das iniciativas de inclusão dos egressos, por meio do uso da análise de conteúdo, como técnica metodológica de análise dos dados coletados. A análise transversal não comprometeu os resultados da pesquisa, uma vez que os relatórios de autoavaliação que citaram os egressos destacaram as iniciativas da instituição para a inclusão desses atores no processo avaliativo e apontaram caminhos para melhorar a avaliação desse indicador.

A inserção dos egressos no processo de autoavaliação institucional das universidades analisadas acende a discussão sobre os desafios e as potencialidades de explorar o relacionamento com esse público na proposição de melhorias na gestão acadêmica. A pesquisa não tem como objetivo a generalização dos resultados, mas instigar a reflexão sobre a importância de incluir os egressos nos processos de autoavaliação institucional.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico são analisadas as informações encontradas nos relatórios de autoavaliação institucional das onze universidades federais da região sul e verificado como ocorre a inclusão dos egressos nos processos avaliativos, com base nos resultados da autoavaliação, conduzida pelas CPAs. Essa consulta permitiu verificar o nível de inclusão dos egressos no processo de autoavaliação, se essas universidades utilizam alguma forma de avaliação direcionada aos egressos, como essa avaliação é realizada, quais os resultados que apresentam, se existe algum mecanismo estruturado de obtenção de informações sobre os egressos e como essas informações são exploradas pela gestão universitária.

5.1 PANORAMA DA INCLUSÃO DOS EGRESSOS NOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A partir da análise das informações presentes nos relatórios de autoavaliação elaborados pelas CPAs e disponibilizados nos sites eletrônicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pesquisadas foi demonstrado como essas universidades estão incorporando a participação dos egressos nos seus processos avaliativos. A sistematização dos dados, apresentada no quadro a seguir, mostra as instituições que fazem referência ao desenvolvimento de políticas de acompanhamento de egressos e dos programas de educação continuada voltados aos egressos.

No quadro 01 esses temas são abordados e denominados como:

Tópico 1: política de acompanhamento de egressos;

Tópico 2: programas de educação continuada voltados para os egressos.

Quadro 1: Resultado da pesquisa nos relatórios de autoavaliação elaborados pelas CPAs.

IFES	TÓPICO 1	TÓPICO 2
UFPR	Os egressos foram citados em 3 momentos, nos cursos: Gestão e Turismo, Ciências Biológicas (tecnologia) e Engenharia de energia; O relatório ressalta a importância da definição do perfil dos egressos, mas sem encaminhamentos efetivos para a inclusão desses atores nos processos avaliativos. Apenas o curso de Terapia Ocupacional levantou a necessidade de articulação da CPA com a gestão acadêmica para a coleta de dados mais consistentes sobre a trajetória dos egressos.	Não aborda/específica.
UTFPR	Para a avaliação, os egressos são compreendidos como parte da comunidade externa da instituição. Possui um Programa de Acompanhamento de Egressos denominado PROEG, regulamentado pela Resolução 02/2011/COEMP. Possui uma metodologia de avaliação dos egressos, uniformizada para todos os campi. Em 2018 foram coletados dados dos egressos para a autoavaliação institucional entre os meses de agosto e setembro de 2018. O relatório apresenta informações sobre a empregabilidade e a continuação dos estudos. Como metas para 2019 estão a consolidação do instrumento de coleta de dados para que a universidade tenha um diagnóstico adequado do que é entregue à sociedade, no tocante à formação profissional de recursos humanos.	Os dados coletados mostraram que 306 egressos estão fazendo cursos de pós-graduação.

UNILA	<p>No ano de 2017, a avaliação dos egressos esteve presente entre as metas da CPA, que planejou realizar a coleta de dados junto a esses atores. A universidade está com uma política de acompanhamento de egressos e um Portal do Egresso em fase de construção. O instrumento de coleta de dados foi apresentado para a CPA e consta no relatório de autoavaliação institucional, mas a coleta não se realizou por falta de apoio administrativo.</p> <p>O acompanhamento de egressos é considerado um ponto fraco da instituição, que possui como metas: consolidar e acompanhar políticas de acesso, permanência e egresso; melhorar e estruturar a comunicação com os egressos e, promover a política de egressos.</p>	Não aborda/específica.
UFRGS	<p>O acompanhamento de egressos é realizado em algumas unidades acadêmicas, por meio de ações pontuais. As pesquisas com egressos são conduzidas por professores em atividades acadêmicas e socializadas com a CPA e a gestão da unidade. Na maioria das unidades não houve a implementação de instrumento para a coleta de dados junto aos egressos e a avaliação desse segmento foi apontada entre as sugestões de melhorias a serem adotadas pela gestão acadêmica.</p>	Não aborda/específica.
UFSM	<p>A aplicação, em 2017, de um instrumento para avaliação dos egressos, com perguntas oriundas do ENADE e outras que permitiram identificar o perfil dos egressos, contou com a participação de 3049 ex-alunos, formados entre 2013 e 2017. O relatório de autoavaliação apresenta a metodologia e os resultados obtidos na pesquisa. Mesmo assim a CPA concluiu, a partir da avaliação dos docentes e gestores, que o acompanhamento de egresso é ruim ou fraco.</p> <p>Apesar de considerar a pesquisa com os egressos realizada em 2017 como um avanço, a CPA recomendou ações de melhorias para fortalecer o trabalho da Comissão de Acompanhamento de Egressos, como a qualificação da equipe e a ampliação da divulgação dos instrumentos de coleta de dados.</p>	O relatório de avaliação dos egressos levantou o percentual de diplomados que estavam fazendo cursos de qualificação, aperfeiçoamento, pós-graduação, ou outra graduação, na UFSM, e em outras instituições.
UFCSPA	<p>A consulta do número de egressos inseridos no mercado de trabalho para obtenção dos dados foi feita junto às Coordenações de curso. Apenas oito das 16 coordenações existentes responderam no prazo estabelecido. A CPA relatou que a instituição possui dificuldade no acompanhamento da inserção dos egressos no mercado de trabalho.</p>	Não aborda/específica.
UFPEl	Não aborda/específica.	Não aborda/específica.
FURG	<p>A construção de um Portal de acompanhamento de egressos iniciou em 2013, com a participação da CPA. As discussões sobre a implantação foram retomadas em 2016, mas projeto ainda não foi finalizado. Com a implantação do Portal do Egresso a CPA acredita que será possível incluir a opinião dos egressos nos processos avaliativos.</p>	Não aborda/específica.
UNIPAMPA	<p>A efetividade da política de acompanhamento de egressos foi avaliada por meio de uma questão do instrumento de autoavaliação aplicado aos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). A avaliação, a partir das respostas obteve-se a média de 2,66, abaixo da média de corte (3,0), considerada como positiva e eficiente. Na visão dos servidores, o acompanhamento do egresso aparece como medida da responsabilidade social da instituição.</p> <p>Os TAEs cobram da Pró-reitoria de Graduação a urgência na efetividade de acompanhamento de egressos, como forma de comunicação com a sociedade e de demonstrar que sua missão se efetiva na formação de cidadãos e profissionais.</p>	Não aborda/específica.

UFSC	<p>A composição da CPA conta com a participação de um egresso. No ano de 2018 houve a primeira aplicação de instrumento de avaliação aos egressos, por meio de um questionário constituído por 12 perguntas, que além de abordarem a autoavaliação institucional, buscam compreender a realidade profissional, mercadológica e humana dos respondentes.</p> <p>O relatório da CPA apresentou os resultados da pesquisa e destacou, entre outros, como pontos positivos, a inserção profissional, a formação recebida e o suporte acadêmico. Entre os pontos a serem melhorados estão o contato com o egresso após sua formação, a acessibilidade das informações sobre a UFSC, a socialização dos saberes e contribuições sociais e o reconhecimento da UFSC como instituição inovadora por parte da comunidade externa.</p> <p>A CPA apresenta como potencialidade a existência de portal de egressos, como fragilidade, a falta de manutenção do portal de egressos e como proposição a criação de mecanismos de atratividade para manter vínculos com os egressos.</p>	<p>A avaliação da frequência com que a UFSC mantém contato com os egressos por meio da oferta de cursos, eventos, palestras, defesas, etc, obteve média 2,91 em uma escala de 5 pontos.</p>
UFFS	<p>O relatório de autoavaliação de 2018 enfatiza a avaliação dos cursos de graduação. Foi realizada pesquisa com egressos apenas no Campus Laranjeiras do Sul. Os resultados obtidos evidenciaram a necessidade de melhorar alguns aspectos relacionados ao projeto pedagógico dos cursos, tais como o alinhamento entre teoria e prática, a didática e os métodos de ensino, a infraestrutura acadêmica, investimentos em estágios, a revisão da matriz curricular, entre outros.</p> <p>A CPA reconhece a importância do acompanhamento dos egressos sobre o vínculo do seu perfil, mercado de trabalho e curso de graduação escolhido e aponta como sugestões de melhorias, aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a necessidade de adaptações nas matrizes curriculares para adequação ao perfil do egresso desejado.</p>	<p>Oportunizar a formação continuada dos egressos desta e de outras instituições por meio de Programas e Projetos de Ensino e Extensão e de Programas de Pós-Graduação.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise dos dados obtidos nos relatórios de autoavaliação das onze universidades evidência que, em relação ao Tópico 1: Política de acompanhamento de egressos, dez IFES abordam de alguma forma os egressos em seus processos avaliativos. No entanto, a maioria dessas instituições apresenta dados incipientes e pouco representativos sobre seus diplomados.

Entre as IFES que destacaram que estão estruturando suas estratégias de inclusão dos egressos nos processos avaliativos estão a UNILA e a FURG. Nenhuma das duas instituições apresentou dados sobre os egressos, relataram apenas que estão elaborando suas políticas e seus sistemas de acompanhamento de egressos, com a participação da CPA.

A UFPR, a UFRGS e a UFFS apresentam resultados de iniciativas isoladas, realizadas no âmbito da gestão de alguns departamentos, cursos ou campus, que buscaram inserir os egressos no processo avaliativo, mas nem todos esses casos apresentam dados que refletem a opinião dos diplomados. Algumas dessas iniciativas não contaram com a participação ativa da CPA na condução do processo, mas atuaram em parceria com a comissão, repassando as informações obtidas.

Algumas universidades obtiveram informações sobre os egressos utilizando-se de outras metodologias, como a consulta às Coordenações de Curso, a exemplo da UFCSPA e aos TAES, como é o caso da UNIPAMPA. Essas informações foram obtidas a partir da aplicação de instrumento de avaliação, conduzida pela CPA. A UFCSPA não informou a existência de política de acompanhamento de egressos em seu relatório, ao passo que a UNIPAMPA buscou avaliar a política implantada a partir da opinião dos TAES.

Apenas a UTFPR, a UFSM e a UFSC apresentaram dados consistentes, em nível institucional, sobre os egressos, coletados a partir da inclusão desse público no processo avaliativo. As iniciativas dessas instituições também ainda não estão consolidadas, de modo que as CPAs apresentam diversas sugestões de melhorias para melhorar o relacionamento com os egressos e explorar as informações coletadas para tecer as adaptações pedagógicas necessárias nas matrizes curriculares dos cursos e alinhar a formação acadêmica com o perfil do egresso pretendido.

A maioria dos relatórios ressalta a importância de inserir os egressos na avaliação, mas ressaltam as dificuldades enfrentadas na implantação de um sistema efetivo de acompanhamento. A adoção de estratégias efetivas para a elaboração de uma política de acompanhamento de egressos é desafiadora para essas instituições que contam com iniciativas que demandam grandes esforços da gestão universitária e que, em diversos casos, não conseguem manter sua continuidade. O portal do egresso da FURG, por exemplo, iniciou sua implantação em 2013, estagnou, foi retomado em 2016, e ainda não foi finalizado.

Em relação ao *tópico 1*, verificou-se que 90% das universidades abordam o tema egressos de alguma forma, mas que apenas 27,27 % delas já possuem metodologia de coleta de dados definida, a qual ainda carece de consolidação. Além disso, um dos principais desafios da gestão de egressos é a participação. Observou-se que todas as IFES analisadas ainda precisam envolver seus egressos nos processos avaliativos para atingir índices de participação satisfatórios. Ainda não há, inclusive, um parâmetro definido sobre quais os percentuais mínimos de participação exigidos para que a amostra seja considerada representativa.

Acerca do Tópico 2: Programas de educação continuada voltados aos egressos apenas quatro instituições apresentaram informações. Apesar de serem reconhecidas pela excelência na promoção de eventos científicos e na oferta de cursos e programas de pós-graduação, há referências muito vagas sobre metas e propostas de educação continuada para os egressos.

A UTFPR e a UFSM buscaram dimensionar o número de egressos matriculados em cursos e programas de pós-graduação, a UFSC avaliou o nível de interação com os egressos na participação em eventos acadêmicos e a UFFS relatou que possui como um dos tópicos do desdobramento de sua missão institucional, oportunizar a formação continuada dos egressos por meio de Programas e Projetos de Ensino e Extensão e de Programas de Pós-Graduação.

Portanto, nas onze instituições avaliadas observou-se que esse quesito ainda é insipiente como componente do processo avaliativo. As poucas universidades que fazem referência ao tema, não mostram ações efetivas direcionadas aos seus egressos. A existência desse tipo de ações pôde ser inferida a partir de programas e projetos direcionados a comunidade como um todo, tais como processos seletivos para ingresso na pós-graduação, divulgação de eventos, cursos e palestras, etc. Contudo, ao participar desses eventos por sua livre iniciativa, muitas vezes os egressos não são percebidos pela instituição como agentes que podem contribuir com os processos avaliativos da gestão universitária.

Cabe lembrar que apenas a UFPel não mencionou os egressos no relatório de autoavaliação publicado em seu *site*, para nenhum dos tópicos pesquisados. Estas informações estão disponibilizadas nos relatórios de autoavaliação institucional da UFPel, publicados no período de 2016-2017. A universidade ainda não havia publicado o relatório de 2018, que foi a fonte de dados das demais universidades pesquisadas, visto que se optou pela análise do relatório mais recente, publicado pela IES no momento da consulta.

A implantação de portais de egressos foi mencionada em alguns relatórios como mecanismo para a estruturação da política de acompanhamento de egressos e para a coleta de informações dos diplomados, visando, entre outras possibilidades, alimentar os processos

avaliativos. Uma busca rápida nos sítios eletrônicos das onze instituições mostrou que sete dessas universidades possuem esse tipo de canal de comunicação com os egressos (63,63%). No entanto, apenas quatro delas (36,36%) possuem um portal de egressos integrado, contemplando a instituição de forma sistêmica, as outras três (27,27%) possuem sistemas ou ações isoladas em algumas de suas faculdades ou fragmentadas por campi. Em quatro (36,36%) das onze universidades o portal de egressos não foi encontrado.

Isso não significa que a instituição não possua mecanismos de consulta e interação com os seus egressos. Contudo, a existência desses espaços pode reforçar as informações obtidas nos relatórios de autoavaliação, que em diversas ocasiões, são evasivos acerca das políticas de acompanhamento e dos programas de educação continuada voltados aos egressos.

Apesar de todas as instituições considerarem importante e demonstrarem preocupação com a política de acompanhamento de egressos, percebe-se que não há um alinhamento claro entre as ações de acompanhamento de egressos e a exploração das informações obtidas junto a esses atores para a consecução da autoavaliação institucional. A preocupação das CPAs está relacionada a informar ao SINAES sobre a construção ou a existência deste tipo de políticas, mas são poucos os casos em que vai além dessa prática. O detalhamento das políticas de acompanhamento de egressos e suas ações ainda é precário, são poucas as IES que apresentam dados concretos ou que respondem a questionamentos relacionados à ocupação dos egressos, à valorização de suas opiniões para a revisão de currículos ou à realização de algum programa de educação continuada voltado a esse público.

6. CONCLUSÃO

Este artigo demonstrou como as universidades federais da região sul do Brasil estão incorporando gradualmente a participação dos egressos no processo de autoavaliação institucional. Os dados encontrados mostraram que na maioria das universidades existe algum tipo de iniciativa de exploração das informações sobre os egressos nos processos avaliativos realizados internamente. No entanto, percebe-se também que há dificuldade operacionalizar ações de acompanhamento de egressos efetivas que apresentem resultados concretos para a avaliação desse indicador.

A consulta direta a esse público ocorreu apenas em três das onze universidades, ao passo que em outras duas instituições, a CPA buscou outras formas de avaliar os egressos, coletando informações junto a outros atores que integram a comunidade acadêmica. Também foram observadas ações isoladas de atores que atuam em alguns espaços acadêmicos, como departamentos, cursos e campi, que atuaram como parceiros da CPA, fornecendo informações sobre as suas abordagens.

A não obrigatoriedade por parte das IES em incluir os egressos nos processos conduzidos pelas CPAs faz com que, diante das dificuldades operacionais, as universidades se detenham a outros aspectos, não priorizando a obtenção desse tipo de informações. Cabe ressaltar, no entanto, que a preocupação com a elaboração de ações de acompanhamento de egressos está presente na maioria das instituições, o que também ficou evidente na consulta da existência de sistemas de acompanhamento de egressos.

Não foi possível verificar em que medida esses mecanismos estão sendo explorados para o desenvolvimento de ações que permitam a inclusão da opinião dos egressos nos processos avaliativos, pois os relatórios não fizeram menção à utilização desses sistemas como instrumentos para a coleta de dados dos egressos para a autoavaliação. Alguns relatórios evidenciaram a presença de entraves administrativos e tecnológicos, que comprometem a continuidade de iniciativas já realizadas.

A falta de relacionamento foi apontada em alguns relatórios como um dos desafios para a concretização da avaliação de egressos. Essa constatação mostra um caminho a ser trilhado pela gestão acadêmica e que pode contribuir na avaliação de cursos, na autoavaliação institucional. A estruturação de programas de ação continuada para os egressos ainda é deficitária na maioria das instituições. Não foram observados relatos de cursos e eventos acadêmicos exclusivos para os egressos. Cabe destacar que esse tipo de envolvimento é fundamental para o sucesso das políticas de acompanhamento, pois oportuniza o fortalecimento de vínculos com a instituição e a coleta de informações para a autoavaliação.

A partir dos relatórios elaborados por cada uma das onze universidades localizadas na região sul, verificou-se que a participação dos egressos no processo de autoavaliação é uma expectativa que encontra-se em vias de ser concretizada. As universidades já reconheceram a sua importância, mas ainda há a necessidade de amadurecimento da gestão acadêmica, sobre como conduzir a avaliação dos egressos, tanto em relação à política de acompanhamento de egressos como de educação continuada.

Apesar dos recorrentes esforços para a consolidação da autoavaliação institucional, instituída há mais de uma década, observa-se que a inclusão dos egressos nesse processo precisa avançar, pois a maioria das universidades que os citaram em seus relatórios de autoavaliação apontam para a existência de políticas frágeis de acompanhamento de egressos ou para uma lacuna na exploração de informações acerca desses atores no processo avaliativo.

Como sugestão de continuidade, portanto, registra-se a necessidade de tecer estratégias de alinhamento entre o acompanhamento de egressos, operacionalizado por meio dos portais de egressos e a avaliação institucional conduzida pelas CPAs, uma vez que ficou evidente nessa abordagem, que a necessidade de inclusão dos egressos nos processos avaliativos institucional é uma demanda latente na maioria das universidades. A partir dos resultados dessa avaliação é possível estabelecer políticas e diretrizes para a melhoria dos processos pedagógicos e das práticas administrativas, com vistas a adequar a oferta de ensino ao perfil do egresso desejado pela instituição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, V. P. **O processo de implementação das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs): ações desenvolvidas e perfil dos coordenadores.** In: Avaliação participativa: perspectivas e desafios (Coleção: Educação superior em debate, v. 1) Dilvo Ilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior (Org). Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 240 p.

ANDRIOLA, W. B. **Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das Instituições de Educação Superior (IES), visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** In: Avaliação participativa: perspectivas e desafios (Coleção: Educação superior em debate, v. 1) Dilvo Ilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior (Org). Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 240 p.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em 29 set. 2017.

BRASIL. **Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017.** Aprova, em extratos, os indicadores

dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Disponível em: <<http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1382-2017-10-31.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2019.

CASTRO, C. M. **Os dinossauros e as gazelas do ensino superior.** In: MEYER JUNIOR, Victor. MURPHY, J. Patrick (orgs.) Dinossauros, gazelas & tigres: novas abordagens da administração universitária: um diálogo Brasil e Estados Unidos. 2. ed. ampliada, Florianópolis: Insular, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação.** In: Avaliação participativa: perspectivas e desafios (Coleção: Educação superior em debate, v. 1) Dilvo Ilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior (Org). Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 240 p.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995 - 2009): do provão ao SINAES.** Revista avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

ESPARTEL, L. B. **O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: O caso de uma instituição de ensino superior catarinense.** Revista Alcance – Eletrônica, v. 16, nº 01. ISSN 1983-716X, UNIVALI p. 102 – 114, jan/abr. 2009.

ESTEVAM, H. M.; GUIMARÃES, S. **Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009).** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 703-730, nov. 2011.

FRANCISCO, T. H. A. MELO, P. A. NAKAYAMA, M. K. OLIVEIRA, F. P. **Análise epistemológica da avaliação institucional da educação superior brasileira: reflexões sobre a transposição de paradigmas.** III Colóquio de epistemologia e sociologia da ciência da administração. Florianópolis, março de 2013.

FURG. **Resultados da Autoavaliação Institucional 2018.** Disponível em: <<https://avaliacao.furg.br/relatorios-gerenciais>> Acesso em: 10 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 7 tiragem. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, A. M. **Exame Nacional de Cursos e política de regulação estatal do ensino superior.** Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pernambuco, cadernos de pesquisa, nº 120, novembro, 2003.

GOUVEIA, A. B. SILVA, A. A. SILVEIRA, A. A. D. JACOMINI, M. A. BRAZ, T. P. **Trajectoria da avaliação superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004).** Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.

INEP. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira - INEP, Brasília, 2004.

ITO, G. J. CECCON, L. I. B. VALERIO, M. BORTOLIN, S. A. ALBUQUERQUE JÚNIOR, W. B. A. **Portal do Egresso UFPR**. Curitiba, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade e Finanças. v.16, n. 37, 2005.

MACHADO, Geraldo Ribas. **Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MESQUITA, Maytê Cabral. TOMÁS, Carolina Maria. SOUZA, Kleber Jacques F. de. LESSA, L. F. **Autoavaliação institucional, sistemas de gestão de informação e produção de conhecimento**. III Simpósio Avaliação da Educação Superior, Florianópolis, set. 2017.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. **Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior**: possibilidades e potencialidades. IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América Latina. Florianópolis, novembro de 2009.

MIRANDA, C. S. PAZELLO, E. T. LIMA, C. B. **Egressos como instrumento de avaliação institucional**: uma análise da formação e empregabilidade dos egressos da FEA-RP/USP. Revista GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 298-321, jan. 2015.

PAUL, J-J. **Acompanhamento de egressos do ensino superior**: experiência brasileira e internacional. Caderno C R H, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, Maio/Ago. 2015.

QUEIROZ, T. P. **O bom filho a casa sempre torna**: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação. Dissertação de mestrado, Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2014.

RISTOFF, D. I. GIOLO, J. **O SINAES como sistema**. R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

SILVA, J. M.; BEZERRA, R. O. **Sistema de Acompanhamento dos Egressos Aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina**. Revista GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 1-15, setembro 2015.

TEIXEIRA, G. C. S.; MACCARI, E. A. **Proposição de um plano de ações estratégicas para associações de alunos egressos baseado em benchmarking**. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU. Florianópolis, Brasil, 2014.

UFCSPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2018**. Disponível em: <<https://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/avaliacao/relatorio-2018.pdf>> Acesso em: 03jul. 2019.

UFFS. **Relatório de autoavaliação institucional 2018**. Comissão Própria de Avaliação, UFFS. Chapecó, 2019. 184p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/comissao-propria-de-avaliacao-disponibiliza-relatorio-anual> Acesso em: 16 jul. 2019.

UFPEL. **Relatório parcial de autoavaliação institucional 2016-2017**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cpa/files/2016/08/Relat%C3%B3rio_Parcial_Autoavaliacao_Institucional_UFPel_2016-2017_Final.pdf> Acesso em: 31 jul. 2019.

UFPR. **Relatório de Autoavaliação 2018**. Disponível em: <<http://www.cpa.ufpr.br/relatorios/2018-capa-1-mesclado/>> Acesso em: 05 jul. 2019.

UFRGS. **Relatório de Autoavaliação Institucional ano 2018 - Volume 1** (Administração Central). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/relatorios-de-autoavaliacao>> Acesso em: 05 jul. 2019.

UFRGS. **Relatório de Autoavaliação Institucional ano 2018 - Volume 2** (Núcleo de Avaliação das Unidades). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/relatorios-de-autoavaliacao>> Acesso em: 05 jul. 2019.

UFSC. **Relatório Autoavaliação Institucional 2018**. Disponível em: <<https://arquivos.ufsc.br/f/a12fe983302b4917b97f/>> Acesso em: 31 jul. 2019.

UFSM. **Pesquisa de acompanhamento do egresso da UFSM 2018**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/reitoria/avaliacao/wp-content/uploads/sites/504/2019/01/Relatorio_Final_Egresso_2017.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

UNILA. **Relatório Final de Autoavaliação Institucional – Ciclo Avaliativo 2015/2017**. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/cpa/projetos>> Acesso em: 05 jul. 2019.

UNILA. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2018**. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/cpa/projetos>> Acesso em: 05 jul. 2019.

UNIPAMPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2018**. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2019/04/relatorio-avaliacao-institucional-2018-unipampa.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

UTFPR. **Relatório Auto Avaliação 2018**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa/documentos/relatorios-de-autoavaliacao/relatorio-autoavaliacao2018final.pdf/view>> Acesso em: 05 jul. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. Ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.